

SETOR ELÉTRICO 2009

Eletrobrás: decepção em mais uma apresentação do PCR

Os representantes sindicais que estiveram presentes à reunião de apresentação do PCR no dia 31 de março saíram com um forte sentimento de frustração e de indignação. Foi consenso que mais uma vez não houve por parte da Holding o respeito necessário com os trabalhadores diante de um tema tão fundamental, que mexe com a vida de todos aqueles que dedicam sua vida para o fortalecimento do Sistema Eletrobrás. Foram horas de pura embromação, com a apresentação de slides coloridos e falas pomposas, mas sem as informações essenciais que todos aguardavam. Na verdade foi à mesma apresentação realizada no último encontro, com mudanças insignificantes.

A direção da Eletrobrás parece brincar com as entidades sindicais, não se importando com os gastos que cada representante tem para se deslocar para o Rio de Janeiro. É importante registrar que dezenas de companheiros vieram da região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, com custos altos de despesas de viagem, tudo pago com dinheiro dos trabalhadores através da sua entidade sindical. Por isso cobramos na reunião respeito com os trabalhadores.

Todos vieram com a expectativa da apresentação de um plano que contemplasse as sugestões feitas pelos trabalhadores nas apresentações anteriores e a matriz salarial. Infelizmente nada foi levado em consideração o que gerou um clima de indignação, revolta e decepção. Os trabalhadores protestaram veementemente contra essa atitude exigindo respeito aqueles que vieram com uma

única missão: levar informações completas aos trabalhadores das empresas.

A Eletrobrás está enrolando os trabalhadores.

Pede sugestões para a formatação do PCR, entretanto, nada é aproveitado. Na verdade tudo é solenemente ignorado, uma total falta de respeito aos trabalhadores que querem contribuir para o plano, pela importância que ele vai representar para o futuro dos trabalhadores.

Durante a reunião a Eletrobrás confirmou que estava retardando a apresentação da tabela. Para os trabalhadores, isto se configura em uma estratégia mal intencionada para ganhar tempo nas discussões, que nada contribuiu para uma discussão de alto nível, pois impede que os trabalhadores tenham acesso a uma informação essencial. Entendemos que esse tipo de atitude deplorável não pode mais se repetir, ficar retendo e sonhando essas informações.

Seguindo essa absurda estratégia, à direção da Eletrobrás não apresentou a planilha de custos que cada empresa terá para se adequar ao PCR, como também quanto ao custo do plano de forma global, bem como os mecanismos para a manutenção do mesmo.

Entendemos que é fundamental ter acesso a essas informações, pois como vamos saber se a empresa onde trabalhamos terá as condições necessárias para colocar o PCR em prática? Isso tudo conta e deve ser levado a sério, essa brincadeira de esconder é uma afronta à inteligência dos trabalhadores.

O artigo 461 da CLT diz claramente que os planos de cargos e salários devem conter a promoção por antiguidade. Assim sendo, o PCR em questão deve levar em consideração o que está na lei. É importante dizer que algumas empresas possui em seus respectivos planos a promoção por antiguidade, e os trabalhadores não aceitam retrocessos. Esse fato com certeza gerará ações judiciais por parte dos trabalhadores. A Eletrobrás até esse momento tem posição firmada de não respeitar a antiguidade como determina a Lei, e, portanto, esse plano não será registrado no Ministério do Trabalho o que se configurará em uma ilegalidade.

A Petrobrás é usada pelo governo e pela própria Eletrobrás como modelo a ser atingido e contempla no seu plano de cargos e salários a antiguidade, por isso devemos também nos espelhar nessa referência cobrando esse direito da Holding. Para nós um exemplo deve ser seguido em sua totalidade e não em meio termo. Defendemos de forma intransigente a antiguidade como forma de justiça para os trabalhadores.

Pela forma como esta sendo conduzida à construção do PCR e a sua demora, dá a impressão que a Holding quer misturar o plano com as negociações da data-base, e com isso usá-lo como moeda de troca para comprar direitos adquiridos pelos trabalhadores, fato esse que não será aceito de forma alguma pela categoria e pelo CNE.

Queremos que o PCR em estudo atinja de forma equitativa **todas** as empresas do sistema Eletrobrás, sem distinção especialmente no que tange a matriz salarial. Já que o presidente vem afirmando constantemente que todos são iguais e participam efetivamente para a lucratividade da Holding, assim sendo não há motivo para diferenciação de espécie alguma.

Com relação às apresentações do plano observamos um grande desrespeito as profissões tendo em vista que o PCR apresenta os cargos amplos, não tipificando os mesmos, e co-

locando como atribuições múltiplas, fazendo com que o trabalhador seja um verdadeiro polivalente, e com relação a alguns cargos da área nuclear, não são obedecidas às normas internacionais previstas para estes cargos.

Queremos ressaltar que embora saibamos que o PCR é um instrumento de gestão e prerrogativa da Holding, o CNE não abrirá mão de algumas diretrizes, abaixo relacionadas, consideradas fundamentais para que os trabalhadores não venham sofrer nenhum tipo de prejuízo.

- Que se implemente o ajuste de curvas que contribuiria para diminuir os impactos financeiros da implantação do plano;

- Que a promoção por antiguidade e experiência profissional sejam reconhecidas;

- Que haja oportunidade de crescimento profissional aos trabalhadores de nível médio semelhante aos trabalhadores de nível superior, através do acesso à carreira de especialista;

- Que se apresentem às regras para a transição e enquadramento no novo plano;

- Que o plano e a matriz salarial sejam para todos, inclusive os trabalhadores das empresas distribuidoras federais de energia;

- Que o processo de adesão respeite os planos já existentes nas empresas, preservando os direitos adquiridos, tal como a promoção por antiguidade;

- Que a transição aconteça de forma democrática, ética e com regras claras;

- Que se suplante o limite estabelecido de 1% da folha para movimentações, imposição esta da CCE 09 criada para facilitar o processo de privatização e que, infelizmente, vigora até hoje.

Por fim, acreditamos que a política da Holding de privilegiar a meritocracia, que já se mostrou ineficaz em outras empresas, pela sua subjetividade, estará fadada a ser uma grande decepção para os trabalhadores, como também um fiasco para o próprio Sistema Eletrobrás, pois não serão atingidos os objetivos propostos.